

A antropologia de Rousseau no Anúncio do Prof. I. Kant de 1765-1766*

Rousseau's Anthropology within M. Immanuel Kant's Announcement for the Winter Semester 1765-1766

Leonardo Rennó Ribeiro Santos

leo.renno@gmail.com

(Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Brasil)

Resumo: O impacto da antropologia rousseuista no pensamento antropológico que Kant começou a formar no interior do seu curso sobre geografia física, sobretudo no que diz respeito à redefinição metodológica provocada pelo *Segundo Discurso* de Rousseau, não se encontra confirmado e nem mesmo completamente mapeado pela *Kantsforschung*. O presente artigo propõe uma interpretação que destaca essa influência no texto *Anúncio do Prof. I. Kant de 1765-1766* e, em seguida, considera um ponto cego crucial nas posições assumidas por B. Erdmann (1882), J. Schmucker (1961) e H. Wilson (2006, 2018) a respeito da relevância da geografia física na estruturação da antropologia kantiana.

Abstract: Kant began devising his anthropological thinking during his course on Physical Geography, particularly inspired by the methodological redefinition brought about by Rousseau's *Second Discourse*. Nevertheless, the impact of Rousseauian anthropology over Kant's anthropological thinking has never been confirmed (nor even fully mapped) by *Kantsforschung*. This article proposes an interpretation that sheds light on such influence as perceived in Kant's *Announcement for the Winter Semester 1765-1766* and proceeds to address a critical blind spot found in the analyses proposed by B. Erdmann (1882), J. Schmucker (1961), and H. Wilson (2006, 2018) on the relevance of Physical Geography to the structuring of Kantian anthropology.

Palavras-chave: antropologia; geografia física; Rousseau; Kant

Keywords: anthropology; physical geography; Rousseau; Kant

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2318-9800.v24i2p121-136>

É bem conhecida a anedota sobre o atraso de Kant em sua caminhada diária devido à leitura da tão aguardada obra *Emílio*. Este acontecimento, que teria ocorrido em 1762, é tradicionalmente recontado por dois motivos, ou para reforçar o traço sistemático do caráter kantiano, pouco afeito a mudanças e imprevistos (Jachmann, 1985, p. 38), ou para enfatizar a importância que o pensamento de Rousseau assumiu nas considerações de Kant sobre a moral a partir da década de 1760. É essa segunda via a escolhida por Cassirer na sua influente biografia intelectual sobre Kant: *Vida e*

* O presente artigo se beneficiou de duas ricas discussões a partir de versões preliminares, uma ocorrida no *Colóquio Internacional Kant*, promovido pelo Grupo de Estudos Kantianos na Academia Nacional de Ciências de Buenos Aires em março de 2019, a outra no *II Seminário de Filosofia Alemã Clássica*, promovido pelo Departamento de Filosofia da UFMT em agosto de 2019 em Cuiabá.

Doutrina de Kant (Cassirer, 1981, p. 86).

A partir da datação admitida por esse especialista, somos levados a crer que essa descoberta teria sido contemporânea da leitura que Kant fez do *Emilio*, antecedendo em dois anos a escrita das *Observações sobre o Sentimento do Belo e do Sublime* de 1764, em que o papel de Rousseau, embora singular, é de fato decisivo (Cassirer, 1981, p. 87). Segundo a argumentação de Cassirer, a leitura de Kant teria inicialmente resultado num assombro quanto ao problema da moral redimensionado no tratado rousseauísta de educação, e, na sequência, o conduzido durante a década de 1760 à proposição de uma moral pautada nos princípios mais fundamentais de Rousseau (idem, p. 90). Inclusive, um conjunto de notas pessoais de Kant desse período parece confirmar essa recepção (BGSE, AA 20: 30 e 43).

Há, contudo, um problema elementar com essa linha de interpretação. Cassirer parece assumir que até então a polêmica gerada com a introdução das obras de Rousseau na Alemanha na segunda metade da década de 1750 não teria chegado aos ouvidos de Kant. O que, para um jovem acadêmico com tamanha sede de conhecimento, como ele próprio reconheceu nessas mesmas notas pessoais (idem, AA 20: 44), mostra-se francamente improvável. As novidades vindas de fora corriam velozes entre os eruditos e dificilmente as notícias sobre o furacão gerado pelas ideias de Rousseau não teriam alcançado um centro intelectual tão importante como Königsberg. Há motivos, portanto, para supormos que o atraso na caminhada rotineira causado pela leitura absorta do *Emilio* naquela tarde de 1762 pode sugerir uma reviravolta inesperada no modo como Kant já acompanhava as ideias de Rousseau, ou quem sabe uma confirmação radical das primeiras impressões que ele extraiu das teses do genebrino. Seja como for, dificilmente como testemunho de uma descoberta tão recente.

Não fosse essa questão suficiente para pôr em dúvida a hipótese de leitura de Cassirer, há atualmente uma datação alternativa mais admitida no que se refere a essa descoberta (Schmucker, 1961, e Beiser, 1987). Kant teria tomado ciência da obra de Rousseau não com a sua leitura do *Emilio* e sim numa carta recebida no final de 1759 - portanto, anterior à edição do tratado rousseauísta de educação -, em que seu amigo Johann Hamann recusava o retrato do mundo moral pintado pelo genebrino. Os detalhes desta discussão serão examinados adiante, mas essa outra datação já é suficientemente interessante por reposicionar o problema que Cassirer buscou enfrentar. Até a referida carta de Hamann, teria Kant se encontrado numa situação tão distante assim das notícias sobre o impacto inicial que o pensamento de Rousseau causou entre os intelectuais alemães? E ainda, entre essa carta e sua leitura do *Emilio*, teria Kant continuado alheio a tamanha polêmica? Ou, ao contrário, a carta de Hamann testemunharia na verdade um diálogo em curso durante a década de 1750 também no que se refere à solução paradoxal de Rousseau para o problema

da moral? Se, nesse caso, Kant já conhecia Rousseau antes de o *Emilio* cair sob seus olhos, qual teria sido verdadeiramente a sua impressão *inicial* sobre o pensamento de Rousseau?

Para recolocarmos a questão sobre este contato inicial de Kant com o pensamento de Rousseau e sermos capazes de decidir sobre a natureza deste impacto, é preciso identificar o domínio de investigação em que Kant inicialmente recebeu Rousseau e, em seguida, aquele em que continuou a examinar as teses originais do autor do *Emilio*. Só assim podemos repensar o percurso da investigação kantiana que iria culminar em pouco tempo na alteração do método de ensino da filosofia apresentado no *Anúncio do Prof. I. Kant de 1765-1766* e que encontrava no potencial notadamente formativo do conhecimento antropológico um dos seus fios condutores. A seguir, com o objetivo de posicionar a antropologia na primeira rede de interesses de Kant, examino os primeiros momentos da entrada das ideias de Rousseau nos círculos intelectuais alemães, informações que ajudarão a iluminar a provável primeira referência à obra de Rousseau na seção sobre os seres humanos do manual de geografia física que Kant produziu entre 1757 e 1759. Na sequência, recupero a publicação do *Anúncio do Prof. I. Kant de 1765-1766* com o objetivo de esclarecer a redistribuição disciplinar dos elementos antropológicos entre as disciplinas de ética e de geografia física que este texto noticia e seu modo de articulação viabilizado pela investigação antropológica de Rousseau para o conhecimento da moral própria à natureza dos seres humanos. Por fim, me posiciono em relação à linha de argumentação que defende um progressivo interesse de Kant em antropologia, apontando um ponto cego crucial nas interpretações de Erdmann (1882), Schmucker (1961) e Wilson (2006, 2018), que, no geral, admitem a relação estrutural estabelecida por Kant entre os seus cursos de geografia física e antropologia.

I. Entrada das ideias de Rousseau na Alemanha

Como já indicado, dezembro de 1759 é atualmente considerada a data mais antiga em que Kant teria tomado consciência da existência de Rousseau, quando, numa carta a Kant, Hamann enfrentava o genebrino para responder a seu modo à Querela sobre o Otimismo. O contexto dessa carta teria sido a recusa silenciosa de Kant em levar adiante em parceria com seu amigo o projeto conjunto de publicação de um manual de física para crianças. Aliás, é precisamente o silêncio total de Kant a esse respeito o que, segundo W. Stark, dificulta a reconstrução dessa curiosa ideia, que, para Hamann, teria de se estruturar integralmente na *crença* a fim de que o *livro da natureza* pudesse ser conhecido, ao passo que, para Kant, nada além dos princípios humanos de conhecimento poderiam fundar semelhante investigação (Stark, 2009, p. xxvii). Ao menos, é sob esses princípios investigativos que, nessa mesma época da carta, já se encontrava estruturado o curso de Kant sobre geografia

física.

Ainda segundo o especialista, Hamann tinha bastante clareza quanto as suas objeções ao curso de Kant (idem, p. xxvi), e certamente não havia nada de gratuito no seu partido tomado na oposição entre *crença* e *saber*, que o levava justamente a rejeitar a imagem de um mundo melhor tal como a retratada por Rousseau. Sem a intervenção *particular, pontual e atual* da Providência, diz o amigo de Kant, uma semelhante imagem não passa de uma contradição (*Br*, AA 10: 30). Nada mais é dito sobre Rousseau, o que de saída parece sugerir, ao contrário de uma ignorância completa da parte do seu interlocutor, algum conhecimento prévio sobre esta fonte teórica à qual Hamann recorre. Essa suposição é tanto mais assegurada quando se admite que a crítica de Hamann a Rousseau pertence de fato a um verdadeiro ataque ao curso de Kant sobre geografia física, o que, no mínimo, sugere a possibilidade de Kant já possuir algum conhecimento sobre o pensamento de Rousseau anterior a essa polêmica privada à qual foi arrastado pelo seu amigo.¹

A suposição que apresento ganha ainda mais robustez quando examinamos com alguma atenção a recepção do pensamento de Rousseau pela imprensa periódica alemã (Trousson, 1969). Para nos atermos ao essencial, após a publicação do *Discurso sobre as Ciências e as Artes* em novembro de 1750, esta obra de Rousseau é em pouco tempo resenhada por Lessing em 1751 na Alemanha. O fascículo de abril desse ano da revista alemã *Das Neueste aus dem Reiche des Witzes* apresentava o *Primeiro Discurso* em termos bastante elogiosos; é certo que em cores mais vívidas quanto ao estilo do que quanto ao problema básico sobre a relação entre as ciências e a moral. As poucas dúvidas de Lessing, porém, “não diminuíram sua admiração pelo talento do autor, nem mesmo por seu entusiasmo pela virtude” (Trousson, 1969, p. 292).

Esta recepção amistosa permaneceu praticamente singular dentre os inúmeros ataques que o *Primeiro Discurso* de Rousseau ainda receberia nos anos seguintes. O tom agressivo de resenhas tais como as de Gottsched no fascículo de julho de 1751 da revista *Das Neueste der anmuthigen Gelehrsamkeit* alimentou em solo alemão o início da polêmica que envolveria, por toda a Europa, a obra de Rousseau e de cujos “menores episódios o público rapidamente se informava” (idem, p. 297).

Já o *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*, publicado em junho de 1755, recebe sua primeira resenha alemã novamente de Lessing em 10 de julho deste mesmo ano. Ou seja, em menos de um mês o *Segundo Discurso* de Rousseau já ganhava a atenção dos eruditos alemães. Difícil não ver nesse breve período a marca de um interesse geral quanto ao conhecimento da nova ofensiva rousseauísta. Convém destacar que esta segunda resenha de Lessing, bem mais breve que a primeira, não se mostrava menos elogiosa quanto à afirmação de que Rousseau era um pensador que devia ser lido, ao passo que, após pouco

¹ Para uma interpretação alternativa sobre o fiasco deste projeto, cf. Beiser, 1987.

mais de um ano de uma série de resenhas críticas, a tradução do *Segundo Discurso* preparada por Mendelssohn aparecia acompanhada de uma introdução mordaz sob a forma de carta endereçada a Lessing, além da tradução da famosa carta de Voltaire a Rousseau, de 30 de agosto de 1755. O motivo para a publicação dessa última carta, diz Mendelssohn, “é a esperança de que causasse risos, pois Rousseau é de fato trágico o bastante” (Mendelssohn apud Trousson, 1969, p. 299n1). Assim, conclui Trousson, “vê-se que o *Segundo Discurso* não convencia mais que o *Primeiro!*” (idem, ibidem).

Lessing e Mendelssohn, divergindo claramente sobre a recepção destas duas obras de Rousseau, representavam em meados da década de 1750 o tom do debate entre os eruditos alemães. Poucos prós e muitos contras. A rigor, as vozes predominantemente críticas, por vezes cáusticas, certamente não arrefeceram em nada o burburinho em torno do fenômeno Rousseau, e deve parecer difícil imaginar que Kant teria se mantido alheio a tamanha controvérsia que corria os salões ilustrados desse período.

Não fosse suficiente esse *pê-le-mê-le* como sugestão do conhecimento de Kant da obra de Rousseau em algum ponto anterior à década de 1760, há uma passagem singular no seu manual de geografia física confeccionado durante a segunda metade da década de 1750 em que figura uma proposição extraída justamente do *Segundo Discurso*. Assim diz o jovem professor de geografia física: “Os Hotentotes podem ver a olho nu um navio a tão longa distância quanto o Europeu com a luneta” (V-PG/*Holstein*, 26: 93). Esta referência singular à obra rousseauísta (Rousseau, 1964, p. 141) é apresentada na quarta parte da seção sobre os seres humanos, em que Kant colige diversas informações sobre as qualidades inatas dos seres humanos, o que mostra de início que sua primeira recepção do pensamento de Rousseau é como fonte naturalista, não como moralista. Não fica claro, porém, como Kant o compreendia.²

Por um lado, a conclusão a que Kant chegava a partir desse apanhado reforça sua anuência, certamente eurocêntrica e racista, da leitura buffoniana. Kant acompanha Buffon no que se refere à superioridade inata dos “habitantes das zonas temperadas, sobretudo de sua parte central” (V-PG/*Holstein*, 26: 96) diante de outros povos tomados como periféricos. Já no *Segundo Discurso*, como se sabe, a oposição entre os ditos selvagens e os alegados civilizados visava reforçar a vantagem natural dos primeiros diante dos europeus. Por outro lado, tanto Rousseau quanto Kant, ao recorrerem metodologicamente à Teoria do Clima (Pinna, 1989) empregada por Buffon, concordavam num ponto fundamental. Ambos recusavam as explicações físico-teológicas em proveito de uma explicação de ordem empírica para o problema da diversidade humana intraespécie, física e moral. Neste sentido, sob a divergência de resultados ou mesmo de campos de investigação (por exemplo, a questão das

² Para um exame detalhado desta questão, cf. Santos, 2017.

raças se mostrou cientificamente mais relevante para Kant do que para Rousseau), dificilmente esta concordância, mais fundamental, teria sido fortuita num leitor tão perspicaz quanto Kant, sobretudo ao evidenciar-se que a antropologia já figurava nesse período como um ramo do conhecimento histórico caro a ambos os filósofos.

Essas observações, bastante sucintas, são suficientes como prova de que Rousseau, essencial para a concepção moral desenvolvida por Kant ao longo da década de 1760 (Schmucker, 1961, p. 129), não parece ter sido menos relevante na estruturação da antropologia kantiana que ocorria no interior dos seus primeiros cursos de geografia física. Além disso, o fato de essa convergência metodológica, possibilitada pelo compartilhamento da matriz buffoniana, levar de início a resultados diversos sobre o lugar do ser humano na Criação - questão central do *Segundo Discurso* e não menos essencial nas reflexões de Kant durante a década de 1760 (BGSE, AA 20: 42 e 45-46) -, pode muito bem ter despertado o interesse de Kant para um exame mais pormenorizado do pensamento de Rousseau anterior a sua leitura do *Emílio*. Fato é que Kant não só não se manteve distante da polêmica Rousseau em meados da década de 1750 como chegou a aproveitar algumas das suas proposições em sala de aula. Assim, se não há elementos suficientes para indicarmos qual foi realmente a *primeira* impressão dos discursos rousseauístas - é bem possível que Kant não tenha percebido de pronto a potência do pensamento de Rousseau -, é razoável concordarmos que a carta de Hamann a Kant de dezembro de 1759 esconde um diálogo, certamente tensionado, sobre o significado da relação entre antropologia e moral num pensamento tão paradoxal quanto o de Rousseau.

II. Rousseau no *Anúncio do Prof. I. Kant de 1765-1766*

Após quase uma década lecionando sobre diversas disciplinas na universidade, e certamente lendo com afinco as obras de Rousseau (BGSE, AA 20: 30), Kant faz saber com um anúncio referente aos seus próximos cursos uma mudança estrutural no seu método de ensino. É aqui que aparece pela primeira vez a sua famosa sentença sobre a impossibilidade de aprender a filosofia, cabendo aos professores a tarefa certamente mais árdua de ensinar seus alunos não propriamente um ofício, mas uma atividade, a de filosofar (NEV, AA 2: 307). Não é tão imediata a identificação da influência rousseauísta nessa mudança de paradigma, muito embora o critério de utilidade lançado sobre os conhecimentos acadêmicos como estratégia metodológica para a mitigação da formação meramente técnica do alunado, bem como a adequação da utilidade ao desenvolvimento natural das competências intelectuais dos universitários se devem claramente à leitura que o professor fez do *Emílio*.

Ainda mais notável que a matriz pedagógica oferecida por Rousseau é o modo como o seu método antropológico possibilita algumas transposições que Kant realiza entre as disciplinas de ética e de geografia física para a compreensão adequada da

moral. Quanto à primeira disciplina, por exemplo, sem nunca declarar textualmente, Kant recorre à noção rousseauísta de *sentimento* como elemento-chave para o reconhecimento “da legitimidade moral” (idem, AA 2: 311), escapando, com isso, das elucubrações pretensiosas da metafísica.

A rigor, tomada em específico, a noção de sentimento a que Kant recorre neste texto poderia ser atribuída não tanto ao genebrino, quanto aos defensores do *moral sense*. É conhecida a divergência de interpretações entre as leituras de Schilpp e Schmucker.³ Para Schilpp, “o *Anúncio* não revela nem um abandono [kantiano] dos Britânicos e de Rousseau nem uma admissão acrítica das suas posições” (Schilpp, 1998, p. 78). Tratar-se-ia, na verdade, de um exercício de interpretação diante de um conjunto de vigorosos argumentos dos principais moralistas da época, mas que de modo algum sugere uma inovação no desenvolvimento do pensamento ético de Kant e nem uma adesão sua seja a Rousseau ou aos empiristas britânicos. Já Schmucker rejeita parcialmente esta interpretação, afirmando que, “enquanto o emprego do conceito de *sentimento* remete aos ingleses, que ele [Kant] avaliará na sequência, o termo *coração* sugere melhor Rousseau” (Schmucker, 1961, p. 150). Ou seja, a interpretação de Schilpp poderia estar certa não fosse a relação decisiva que Kant estabelece entre coração (*Herz*) e sentimento (*Sentiment*). Uma ligação que de modo algum se explica apenas entre os moralistas britânicos, mas que ganha fundamento numa adesão, certamente singular, não só aos conceitos, como também ao método de Rousseau.

Na sequência do seu comentário sobre o sentimento, e após reconhecer a importância de Shaftesbury, Hutcheson e Hume no campo da moral, Kant explica que as falhas e imprecisões justamente desse grupo de filósofos seriam corrigidas e completadas com o auxílio do seguinte método de investigação antropológica:

Torno claro o método segundo o qual é preciso estudar o *ser humano*: não somente aquele que foi deformado pela figura mutável que seu estado contingente imprimiu nele e que enquanto tal ficou quase sempre ignorado dos próprios filósofos; mas a natureza do homem que sempre permanece e sua posição peculiar na criação (*NEV*, AA 2: 311).

Sem declará-lo, é o método de investigação antropológica empregado por Rousseau que Kant lança contra os filósofos britânicos em bloco com o objetivo de apreender no seu curso de ética a verdadeira natureza dos seres humanos. De que outro modo poderíamos entender sua indiscutível semelhança com a abertura do *Segundo Discurso* de Rousseau?

Como o homem chegará ao ponto de se ver tal como a natureza o formou, em todas as alterações que a sucessão do tempo e das coisas acabou por produzir na sua constituição original, e de dessemearhar isso que diz respeito a sua própria essência disso que as circunstâncias e os progressos acrescentaram ou mudaram em seu estado primitivo? (Rousseau, 1964, p. 122).

³ Para uma bela revisão dessas leituras, cf. Cunha, 2017.

Embora *Emilio* seja uma presença dominante no *Anúncio do Prof. I. Kant de 1765-1766*, o recurso kantiano ao *Segundo Discurso* é indubitável quando importa destacar o método antropológico para a descoberta da verdadeira natureza da moral. É assim que se explica o interesse rousseauísta de Kant em focar simultaneamente no diverso e no singular dos seres humanos. Seduzidos pela suposta uniformidade da espécie, poucos foram os filósofos que se atentaram para a variedade de formas que os seres humanos assumem, a exceção de Rousseau, que Kant honra na descrição do seu método com uma admirável elipse: singularidade quase sempre ignorada. *Quase*. O modo como o ser humano saiu das mãos da natureza, aquilo que caracteriza a natureza humana como tal, porém, não deve ser menos relevante; a rigor, sua essência é tida como o próprio eixo da investigação, tanto na descrição interrogativa de Rousseau quanto na propositiva de Kant. Não há qualquer divergência aqui.

A confirmação de que se trata efetivamente de Rousseau nessa última passagem do *Anúncio* é dada pela conformidade das afirmações de Kant sobre essa nova metodologia. A conclusão dos seus comentários sobre o seu curso de ética destaca a inovação de semelhante método que, segundo o professor, “ficou inteiramente desconhecido dos Antigos” (*NEV*, AA 2: 312). Já, numa nota manuscrita dessa época, o mesmo é reafirmado: “o livro de Rousseau serve para aprimorar os Antigos” (*BGSE*, AA 20: 9). É possível que o livro aqui em questão seja o *Emilio*. No entanto, como Kant foi o primeiro pensador a captar a unidade essencial do pensamento de Rousseau, mais importante que descobrir qual seria a obra aludida é reconhecer a posição axial do genebrino nesse aprimoramento da investigação dos Antigos, que o coloca à frente de todos os outros modernos; ou ainda, sua contribuição indispensável nesta alteração substancial da disciplina kantiana de ética, que a disciplina de geografia física vai acompanhar, provocada pela aplicação do método de investigação antropológica inaugurado no *Segundo Discurso*.

No tocante especificamente à nova abordagem metodológica na disciplina de ética, o professor explica a respeito da doutrina da virtude que, antes de exigir dos seres humanos o que eles devem fazer - princípio de investigação que se provará essencial na criação do seu curso de antropologia na década seguinte (*V-Anth/Collins*, 25: 9) -, é preciso ter a paciência de inventariar o que eles realmente fazem ou são capazes de realizar. Daí a relevância dos saberes históricos em comparação com o palavreado técnico metafísico que, pouco depois, os *Sonhos de um Visionário* tratarão de denunciar (*TG*, AA 2: 319). Não se trata, é claro, de recusar o saber *filosófico*, mas de reconhecer naquele momento a sua limitação no que diz respeito ao conhecimento apropriado da natureza humana, o que se buscava compensar com a ajuda do conhecimento *histórico*, estratégia que, a rigor, Rousseau lançou mão de modo exemplar no *Segundo Discurso*. Daí também o interesse de Kant na reordenação da estrutura interna da disciplina de geografia física, agora menos focada nas

particularidades físicas do globo terrestre, porque mais atenta na compreensão das particularidades física e moral do seu elemento mais ilustre: o ser humano.

Até esse momento, o curso de geografia física era composto por três grandes partes, como confirma o *Manuskript Holstein* sobre geografia física: a primeira parte sobre a descrição física da Terra, a segunda sobre a descrição dos seus componentes - os quais eram agrupados de acordo com os três grandes reinos (animal, vegetal e mineral) - e, por fim, a descrição dos países a partir da sua distribuição entre os quatro grandes continentes, asiático, africano, europeu e americano. A partir do *Anúncio do Prof. I. Kant de 1765-1766*, os alunos que participassem do curso remodelado de geografia física presenciariam uma redistribuição temática dessas três partes com o objetivo de acomodar melhor o material antropológico que se acumulava com o passar do tempo.

A primeira acomodação proposta por Kant dizia respeito à redução da primeira parte apenas ao que podia lançar luz sobre a “influência que [os ambientes] têm sobre os Estados por intermédio do comércio e da indústria” (NEV, AA 2: 312) e que justificava, inclusive, o título da própria disciplina: geografia física. Com isso, Kant pretendia explorar com mais calma a segunda parte em vista da diversidade humana. Denominada pelo professor de *Geografia físico-moral*, essa seção procuraria apreender, a partir da multiplicidade das qualidades naturais do ser humano, aquilo “que nele é moral” (idem, ibidem). A articulação entre o curso de ética e esta segunda parte do curso de geografia física é então evidente, pois, se, de um lado, apenas o conhecimento do diverso referente à natureza humana habilita a doutrina da virtude a interrogar o que há de propriamente moral nos seres humanos, de outro, é a noção de sentimento aquilo que baliza o exame da diversidade de modos de sentir e de agir dos mais variados grupos humanos. Por fim, a terceira parte passaria a considerar a confluência entre as duas forças previamente examinadas, *natureza* e *ação humana*, do que então era natural que, seguindo a tradição inaugurada por Montesquieu na obra *Espírito das Leis*, fosse denominada de *geografia política*.

A mudança que Kant anuncia sobre o novo sistema geográfico é substancial e resultante de uma ampliação contínua do seu projeto inicial. Se buscava de início uma descrição física do globo terrestre segundo suas leis mais gerais e seus elementos mais diversos para a “satisfação dos senhores que assistiam ao curso” (EACG, AA 2: 3), é assim que o professor se expressou num anúncio mais antigo de 1759, agora Kant aprimora o seu sistema com uma acomodação notável do material antropológico lentamente coletado nas fontes materiais as mais diversas da História Natural e, não menos importante, dando cada vez mais atenção ao potencial formador desses conhecimentos. É assim que o nosso professor, agora já bastante experimentado nos conhecimentos empíricos da antropologia, percebe com a ajuda de Rousseau o erro fundamental do ensino universitário, que estimula precocemente os raciocínios além

de desprezar os conhecimentos históricos, os quais poderiam ocupar nas mentes jovens o lugar da experiência e que funcionariam adequadamente como preparação para a vida.

Retenhamos por um momento esta expressão, que é do próprio Kant: *preparação para a vida*. Ela é certamente uma herança direta do pensamento pedagógico de Rousseau. Mais especificamente, trata-se de uma estratégia metodológica rigorosamente análoga à empregada por Rousseau na seção *Das Viagens* que pertence ao capítulo V do *Emilio*. Nessa altura da narrativa, Emilio conta com aproximadamente vinte anos de idade e se prepara para desbravar o mundo (faixa etária próxima da que os jovens entravam nas universidades na época de Kant). É o momento da sua formação em que, segundo Rousseau, entra em cena a educação cosmopolita responsável pelo ensino dos princípios da política, que inclui também uma compreensão da diversidade e unidade física e cultural do gênero humano, o que exigirá um método adequado de ensino:

Não basta percorrer os países para se instruir; é necessário saber viajar. Para observar é necessário ter olhos e voltá-los para o objeto que se quer conhecer (Rousseau, 1969, p. 828).

Com esse requisito prévio de *aprender a viajar* antes de se lançar no mundo, a rigor uma exigência já apresentada em termos fortemente críticos na famosa nota X do *Segundo Discurso*, Rousseau destaca a necessidade de que o ensino formal se conforme à necessidade de que os jovens se tornem genuínos cidadãos do mundo, capazes de orientar-se moralmente nas relações sociais e nas situações de vida as mais diversas. Nada disso é possível, assim destaca Rousseau, sem uma intervenção pedagógica deliberada, e que só pode ser realizada com o conhecimento adequado do mundo, aqui incluído o conhecimento detalhado dos seres humanos. Ora, é justamente essa nova conformação dos saberes acadêmicos o que Kant defende no seu *Anúncio*, com destaque em específico para a disciplina de geografia física, cuja convergência com as teses mais fundamentais do *Segundo Discurso* e do *Emilio* se mostra agora bastante evidente.

Essa redistribuição inter e intradisciplinar dos conteúdos que passariam a ser tratados, em específico, no curso de geografia física resulta, portanto, de uma ampliação contínua do primeiro sistema geográfico proposto por Kant em resposta direta a um acúmulo crescente de informações sobre os seres humanos; ou, propriamente expresso, a uma saturação do *material* antropológico que de início se encontrava preponderantemente circunscrito à segunda parte do curso, em sua primeira seção sobre os seres humanos, e que agora atravessa o sistema geográfico como um todo. Mas, como já deve estar claro, a irrupção controlada desse material também terá dependido da aplicação que Kant vinha fazendo do

método rousseuista de investigação antropológica, que autorizava a correlação singular entre os conhecimentos histórico e filosófico. Ou seja, até o reequilíbrio trazido com a inauguração do *Conhecimento do Mundo*, composição das disciplinas de geografia física e de antropologia no início da década de 1770, a investigação antropológica de Kant, inspirada na de Rousseau, daria o tom dos cursos de ética e de geografia física, oferecendo como que sua unidade sistemática e metodológica. Fica em aberto a discussão se, após esta recomposição disciplinar, a figura do ser humano também se manteve dominante nos cursos de geografia física lecionados a partir da década de 1770 (Louden, 2011, p. 147) e, ainda, a pergunta de ouro sobre o lugar da antropologia na filosofia moral após a famosa *Dissertação de 1770*.

III. Erdmann, Schmucker e Wilson

A saturação do campo antropológico que o *Anúncio do Prof. I. Kant de 1765-1766* testemunha não passou despercebida da *Kantsforschung*, embora não pertença à leitura dominante sobre a origem da antropologia no pensamento de Kant. Num estudo admirável, mas pouco retomado, Benno Erdmann se aventura a rastrear os primórdios do interesse antropológico de Kant e identifica na Terceira Parte do ensaio *História Natural Universal e Teoria do Céu* (1755) os dados mais antigos sobre a atenção que o jovem Kant já prestava às “pesquisas em antropologia física” (Erdmann, 1882, p. 39). Ainda mais demonstrativo desse ponto são os cursos que logo depois Kant passou a oferecer sobre geografia física, os quais oferecem elementos importantes para a “reconstrução da ideia de suas investigações antropológicas” (idem, *ibidem*).

Com o começo da frequentação de Kant na sociedade refinada na mesma época do início de seus cursos universitários, outra dimensão antropológica também passa a ocupar a sua atenção, a do trato social, da prática de mundo. Segundo a avaliação do especialista, é precisamente a ênfase apenas nas investigações teóricas de Kant o que conduz a perdermos de vista a *ampliação* e o *aprofundamento* da sua investigação antropológica, bem como “o pano de fundo consciente em que Kant inseria os elementos factuais político-geográficos” (idem, p. 44). Visto com mais atenção, é nesse contexto que se destacam justamente as influências “dos empiristas ingleses e em breve também a de Rousseau”, como o provam as *Observações sobre o Sentimento do Belo e do Sublime*.

Da remodelação da investigação antropológica, evidente neste ensaio kantiano de 1764, segue-se a conclusão de Erdmann quanto ao caminho que a investigação geográfica de Kant assumiria para si: “torna-se compreensível que o exame antropológico da geografia político-moral, tal como Kant *agora* denomina, também se converta progressivamente no alvo buscado para os seus estudos geográficos” (idem, p. 45. *Itálico adicionado*). É precisamente isso o que comprova de modo

característico o *Anúncio do Prof. I. Kant de 1765-1766*.

Infelizmente, o exame de Erdmann não explora alguns elementos não menos importantes. Por exemplo, que Rousseau já havia entrado na ordem do dia antes mesmo da ideia de Kant para a escrita do seu ensaio de 1764. Para sermos justos, o especialista certamente não teve acesso ao *Manuskript Holstein* de geografia física, o que lhe travou a suposição de Rousseau como uma fonte naturalista para esse curso de Kant, como acima demonstrado. Por outro lado, bastaria uma consulta à carta de Hamann a Kant de dezembro de 1759 para ter a dúvida despertada sobre a datação deste encontro, o que o conduziria, no mínimo, a uma formulação mais apropriada: *da influência de Rousseau e em breve também a dos empiristas ingleses*. Da mesma forma, o especialista não desdobra nenhuma consequência da leitura que Kant teria começado a fazer da obra rousseauísta na reordenação disciplinar da geografia física em meados da década de 1760. Ele apenas se limita a destacar a impropriedade do título *geografia física* em relação às investigações que são de fato executadas por Kant (idem, p. 47). Assim, embora incontornável para uma investigação correta referente à sobredeterminação dos primórdios do interesse antropológico de Kant, bem como à saturação do material antropológico que o curso kantiano de geografia física experimenta ao longo da década de 1760, Erdmann não avança nas pesquisas referentes ao impacto da antropologia rousseauísta nesse mesmo curso e, sobretudo, na sua remodelação a partir do *Anúncio*.

Algo análogo a essa limitação ocorre com Schmucker. De fato, o exame desse especialista é bem mais detalhado e claramente atento à importância do genebrino em três âmbitos estratégicos do *Anúncio*: pedagogia, ética e geografia física. Schmucker tributa à pedagogia rousseauísta, por exemplo, o diagnóstico kantiano sobre o treino precoce do intelecto antes da preparação adequada das competências cognitivas e morais nos jovens universitários. Mas, diferentemente das consequências radicais extraídas pelo genebrino, a atividade profissional de Kant o permitiu propor “um aprimoramento do método de ensino, tanto quanto possível ajustado à ordenação natural, isto é, à inteligência gradual da sua audiência” (Schmucker, 1961, p. 149).

No caso da disciplina de ética, como vimos, a vinculação entre *sentimento* e *coração* consistiu numa herança rousseauísta ainda mais fundamental, na medida em que viabilizou um método renovado de investigação antropológica, segundo o qual conhecimentos histórico e filosófico se apoiam mutuamente para “a solução deste problema fundamental: a natureza essencial do ser humano” (idem, p. 151). É esta façanha de Rousseau que garantiu, segundo Kant, a sua posição no panteão dos pensadores, e ao lado de Newton.

Por fim, mesmo o curso de geografia física também testemunha a decisiva influência de Rousseau. Sua chave de interpretação, como mostrado, é a relevância do estudo histórico do ser humano para a compreensão da sua natureza moral. De

acordo com Schmucker, a aplicação deste princípio rousseauísta não era singular do *Anúncio*, mas já evidente na quarta seção das *Observações sobre o Sentimento do Belo e do Sublime*, sobretudo quando levamos em consideração o escrutínio da relação de mútua influência entre ser humano e ambiente, que “Rousseau desenvolve no capítulo onze do Segundo Livro e no capítulo oito do Terceiro Livro do *Contrato*” (idem, p. 152).

Eis aí o ponto limite e, também, a limitação da investigação de Schmucker. Embora ele conclua que Kant “sempre considerou a antropologia imprescindível” (idem, p. 153), esta investigação antropológica herdada de Rousseau se encontra dividida entre o *Emílio* e o *Contrato Social*, sem que absolutamente nada seja dito sobre o *Segundo Discurso*. Tudo se passa como se Kant pudesse ter compreendido toda a extensão do pensamento de Rousseau sem nunca ter lido a sua obra se não a mais paradoxal, certamente a mais polêmica, e a mais claramente em sintonia com o seu próprio curso de geografia física. Como procurei demonstrar acima, mesmo se admitirmos a importância dessas duas obras rousseauístas da década de 1760, não foi menos importante o proveito que Kant soube extrair especificamente da obra de Rousseau de 1755. Há, a rigor, demonstrações claras e textuais do *Segundo Discurso* no *Anúncio* que, uma vez reconhecidas, poderiam recolocar o intérprete no caminho de uma revisão do início do diálogo intelectual entre Rousseau e Kant, o que apenas reforçaria a sua conclusão geral. Talvez, para o problema que procurei examinar, a única falha nesta obra magistral de Schmucker é sua desatenção quanto à relação expressa entre o *Segundo Discurso* e o *Anúncio* em vista da antropologia desenvolvida por Kant no interior dos seus cursos de geografia física, o que, contas feitas, resulta impropriamente na confirmação da datação clássica proposta por Cassirer. Uma exceção como essa, porém, infelizmente não pode ser admitida no estudo de Wilson.

A investigação de Wilson é importante e constitui um avanço real nas pesquisas mais atualizadas sobre a antropologia kantiana, sobretudo após o bloqueio gerado pela introdução editorial do tomo da *Akademie* referente aos registros preservados dos cursos de Kant sobre antropologia (*V-Anth*, AA 25: vii-xxiv). São frequentes as posições pró e contra os argumentos dos editores R. Brandt e W. Stark no que se referem à origem exclusivamente escolástica da antropologia kantiana. Contra essa linha argumentação, Wilson considera ser “mais crível que a antropologia tenha se originado nos cursos de geografia física do que a partir da seção de psicologia empírica dos cursos de Kant sobre metafísica” (Wilson, 2006, p. 18). O que essa tradição de interpretação, que remonta aos trabalhos Arnoldt e Hinske, vê como origem unilateral é, na verdade, um simples aproveitamento que Kant faz do modelo baumgartiano da *Psychologia Empirica* para a disposição enciclopédica dos materiais antropológicos a partir da inauguração do curso de antropologia em 1772; assim como, se posso acrescentar, a disposição kantiana dos materiais geográficos desde o

início seguiu o esquema enciclopédico preconizado por Lineu no *Systema Naturae*, muito embora a investigação efetivamente realizada por Kant no curso de geografia física emulasse a de Buffon.

Quanto ao *Anúncio* em específico, a crítica que Kant faz à deformação intelectual dos jovens universitários gerada pelo ensino exclusivamente escolástico é atribuída por Wilson não a Rousseau, mas a Thomasius, que via a erudição como “frequentemente esvaziada de aplicações práticas” (idem, p. 12). A sua argumentação é incisiva e, em larga medida, convincente no que se refere à escalada da crítica que a escolástica wolffiana experimentou ao longo do Século Dezoito. No entanto, a especialista despreza integralmente o papel central desempenhado por Rousseau no aprofundamento e na reordenação do material antropológico no curso de geografia física que Kant passaria a lecionar a partir de 1765. Diferentemente do que supõe Wilson, as confirmações textuais apontam todas para o genebrino e não para Thomasius. Poderíamos, então, pensar que se encontrava oportunamente à disposição de Kant um ponto de fuga à erudição escolástica, com a qual sua reforma disciplinar se coadunava, mas que não vinha dessa crítica diretamente, mas sim da obra de Rousseau, as suas ideias fundamentais e os seus procedimentos gerais. Assim, ao explorar em detalhes essa linha de interpretação, Wilson peca por não ser menos unilateral no seu rastreamento das fontes que alimentaram o nascimento da antropologia kantiana.⁴

IV. Conclusão

Tomados em conjunto, estes três importantes estudos, que se empenham em manter vinculadas as disciplinas de geografia física e antropologia, avançam de modo desigual na história da formação do Conhecimento do Mundo. Erdmann apontava para ao menos dois pontos centrais que a leitura prevalecente continua a rejeitar: a sobredeterminação da origem da antropologia kantiana (os estudos *escolásticos* e os em *antropologia física* realizados pelo jovem Kant) e sua dívida com a antropologia rousseauísta. Apenas uma leitura conjugada destes dois pontos pode explicar a originalidade da reordenação disciplinar testemunhada no *Anúncio*. Já Schmucker, mais atinado para esses elementos, explora em detalhes no *Anúncio* a relação entre ética e geografia física viabilizada pela antropologia de Rousseau. Contudo, por não considerar em específico a metodologia em execução no *Segundo Discurso*, o especialista não percebe que a história da relação entre Rousseau e Kant teria de remontar a um período bem anterior ao que a *Kantsforschung* admite. Falha certamente menos grave, já que essa relação se encontra assegurada e em nada desautoriza a proposição fundamental de Erdmann. Por fim, Wilson, embora

⁴ Num estudo mais recente, Wilson apenas reforça esta sua interpretação, sem que novamente nada seja dito sobre a influência de Rousseau no pensamento antropológico de Kant. Cf. Wilson, 2018.

defenda claramente a origem geográfica da antropologia kantiana, relegando à escolástica a única função de oferecer os esquemas enciclopédicos para a distribuição dos materiais antropológicos, desautoriza inteiramente os resultados obtidos por Schmucker, quando vê na obra de Thomasius a fonte exclusiva de Kant para a sua revisão pedagógica da disciplina de geografia física. O que resulta disso, como indicado, é a desqualificação completa do impacto da obra rousseauísta no desenvolvimento da filosofia de Kant também no que concerne à geografia física.

O que busquei realizar neste artigo foi a revisão de um dos momentos, talvez o mais emblemático, desta história da formação do Conhecimento do Mundo, oferecendo alguns elementos para uma compreensão ampla da alteração substancial que o curso de geografia física sofreu no *Anúncio do Prof. I. Kant de 1765-1766*, em razão da leitura contínua que Kant fez da obra rousseauísta, notadamente do *Segundo Discurso*, desde meados da década de 1750. É de fato Rousseau quem ofereceu o tema antropológico fundamental que atravessa de ponta a ponta o curso kantiano de geografia física apresentado no *Anúncio*, sendo, inclusive, causa do aprofundamento da reflexão sobre os seres humanos nos próximos sete anos de curso, até sua saturação máxima, quando então Kant reequilibrará a inauguração do seu novo curso de antropologia com a sua famosa proposição do Conhecimento do Mundo. Mas até que esta composição das disciplinas de geografia física e de antropologia ocorresse no início da década de 1770, a investigação antropológica seguiria dando o tom do curso sobre geografia física, bem como o de ética, oferecendo sua unidade sistemática e metodológica, algo que se mostrava essencial para a concatenação do extenso material antropológico compartilhado provisoriamente entre essas disciplinas.

Não menos essencial, porém, era o tema pedagógico rousseauísta. Para além da especificidade de cada disciplina, que Kant não cessou de questionar, o que mais importava na ausência de uma filosofia plenamente constituída era ensinar os alunos a pensarem de maneira autônoma, seja rompendo os enquadramentos tradicionais dos problemas filosóficos, seja caminhando por si mesmos com a ajuda desta vasta cartografia notadamente humana que o curso sobre geografia física buscava oferecer em meados da década de 1760. Assim Kant entendia a necessidade da formação cosmopolita nos jovens universitários, segundo a sua posição e contexto no mundo, como resultado das instruções que recebeu de Rousseau numa certa tarde absorta de 1762 quando, mergulhado no *Emilio*, esqueceu-se completamente de sair para sua caminhada diária; ao menos, é *quase* sob esses termos que Cassirer julgou acertado recontar esta historieta sobre o “início” da relação entre Rousseau e Kant.

Referências

Beiser, F. (1987). *The Fate of reason: German philosophy from Kant to Fichte*. Cambridge and London: Cambridge University Press.

- Cassirer, E. (1981). *Kant's Life and Thought*. Translated by James Haden. New Haven: Yale University Press.
- Cunha, B. (2017). *A Gênese da Ética de Kant: O Desenvolvimento Moral Pré-Crítico em sua relação com a Teodiceia*. São Paulo: LiberArs.
- Erdmann, B. (1882). *Reflexionen Kants zur kritischen Philosophie: Aus Kants handschriftlichen Aufzeichnungen*. Bd I. Leipzig: Fuer's Verlag.
- Ferrari, J. (1979). *Les Sources Françaises de la Philosophie de Kant*. Paris: Klincksieck.
- Jachmann, R. (1985). « Emmanuel Kant raconté dans des lettres à um ami ». In: Mistler, J. (org.). *Kant Intime*. Paris: Grasset.
- Kant, I (1900ss). *Kant's gesammelte Schriften*. Hg.: Bände I-XXII, Preußische Akademie der Wissenschaften. Band XXIII, Deutschen Akademie der Wissenschaften zu Berlin, e, a partir do Band XXIV, Akademie der Wissenschaften zu Göttingen. Berlin und New York: Walter de Gruyter.
- _____. (2003). “Notícia do Prof. Immanuel Kant sobre a Organização de suas Preleções no Semestre de Inverno de 1765-1766”. In: *Lógica*. Tradução de G. Almeida. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Louden, R. (2011). “The Play of Nature”: Human Beings in Kant's Geography. In: Elden, S.; Mendieta, E. (orgs.). *Reading Kant's Geography*. Albany: SUNY.
- Pinna, M. (1989). Un aperçu historique de la théorie des climats. *Annales de Géographie*, 98 (547), pp.322-325.
- Rousseau, J. J. (1964). *Oeuvres Complètes : Écrits Politiques*. Tome III. Paris: Gallimard.
- Santos, L. R. R (2017). A Raiz Rousseauísta da Antropologia Física de Kant. *Estudos Kantianos*, 5 (2), pp.125-146.
- Schilpp, P. (1998). *Kant's Pre-Critical Ethics*. Bristol: Thoemmes.
- Schmucker, J. (1961). *Die Ursprünge der Ethik Kants*. Meisenheim am Glan: Anton Hain.
- Stark, W. (2009). „Einleitung“. In: KANT, I. *Vorlesung über Physische Geographie*. Bd. XXVI. Berlin: Walter de Gruyter.
- Trousseau, R. (1969). Jean-Jacques Rousseau et son Oeuvre dans la Presse Périodique Allemande de 1750 à 1800 (I). *Dix-Huitième Siècle*, 1, pp.289-310.
- Wilson, H. (2018). “Elucidations of the Sources of Kant's Anthropology”. In: Lorini, G.; Loudon, R. (orgs.). *Knowledge, Morals and Practice in Kant's Anthropology*. Cham: Palgrave Macmillan.
- _____. (2006). *Kant's Pragmatic Anthropology: Its Origin, Meaning, and Critical Significance*. Albany: State University of New York.

Recebido em: 19.08.2019

Aceito em: 29.11.2019

